



ARTIGOS - ARTICLES

**A Província e a ciência nacional:
a Comissão Científica de 1859 no Ceará**

Paulo Cesar dos Santos

Doutor em História - UFC

Professor Efetivo na rede de Educação de Maranguape

cesarufc@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa busca analisar as experiências e as representações vividas pelos cientistas da Comissão Científica de 1859 em suas investigações na província do Ceará. Criada em 1856 no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Comissão Científica de Exploração começaria seus trabalhos em 1859, sendo o Ceará a primeira província a ser explorada. Os intentos de tal comissão se articulavam ao projeto de integração e centralização política que emergia no II Reinado brasileiro (1840-1889). Buscava-se o conhecimento das riquezas nacionais e a criação de uma imagem do país através do saber nacional, sendo a História do Brasil escrita por brasileiros e não mais por viajantes europeus. Saber e poder caminhavam juntos na consolidação política desenvolvida no Brasil imperial.

Palavras-chave: ciência, Ceará, II Reinado, investigação.

*The Province and national science:
The Scientific Commission of 1859 in Ceará*

Abstract: This research seeks to analyze the experiences and representations lived by the scientists of the Scientific Commission of 1859 in their investigations in the province of Ceará. Created in 1856 within the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB), the Scientific Exploration Commission would

begin its work in 1859, with Ceará being the first province to be explored. The intentions of this commission were linked to the project of integration and political centralization that emerged in the Second Brazilian Reign (1840-1889). The search for knowledge of national wealth and the creation of an image of the country through national knowledge, with the History of Brazil being written by Brazilians and no longer by European travelers. Knowledge and power went together in the political consolidation developed in imperial Brazil.

Keywords: science, Ceará, Second Brazilian Reign, investigation.

Na segunda metade do século XIX o aumento da urbanização e o avanço da indústria em escala mundial vão acentuar as tensões entre a velha estrutura voltada para a subsistência e a nova ordem econômica capitalista voltada para o excedente. Acentuava-se a questão, mas ela já vinha sendo colocada desde fins do século XVIII. Essa ordem econômica vinha se estruturando dentro de um sistema de pensamento, o iluminismo. Nele se agregava não apenas o desejo de saber, mas o de escrever este saber numa escrita científica que se julgava universal. A relação entre ciência, natureza e escrita embasavam a nova concepção de sociedade que surgia após a revolução industrial e francesa. A nova relação com a natureza não foi apenas resultante dos novos conhecimentos que a sociedade adquiriu sobre ela, mas sim das novas sensibilidades vivenciadas pelas sociedades modernas que passaram a dirigir sobre a natureza outros olhares, sendo a natureza um livro aberto a ser decifrado pela ciência moderna.¹ A natureza no mundo moderno passaria por uma fase de “desmagificação”, sendo pensada não mais em termos míticos, e sim a partir do conhecimento adquirido sobre o mundo natural. As musas e as deusas da fertilidade não mais seriam as responsáveis pelo provimento dos homens, sendo que estes não mais precisariam realizar culto algum, pois a natureza seria propriedade sua. A categoria de racional passaria a ser o vetor de catalogação do mundo entre “racionais” e “irracionais”, tal como fora proposto pelo inglês Robert Lovell em 1661.²

A ciência passou a ser responsável pela administração da natureza e a política pelos assuntos humanos. Essa separação dará início a um longo debate sobre a relação entre cultura e natureza. Bruno Latour, refletindo sobre a suposta constituição do mundo moderno, lança questões provocadoras para o fato de que os pressupostos que marcariam a modernidade nunca se efetivaram, sugerindo que “jamais fomos modernos” tal qual fora proposto.³ A separação rígida

¹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 280.

² Idem, p. 42.

³ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

entre cultura e natureza, racional e irracional foram categorias que operaram mais no plano filosófico que no plano concreto, pois tal separação vinha de um sistema de pensamento que tentava ordenar o mundo de forma lógica e racional, eliminando os acasos.⁴ É verdade que tal separação se deu de forma híbrida, pois as próprias concepções de “processo” e “evolução” que foram adotados pela História eram conceitos originários da História Natural, havendo desde então uma naturalização da História.

O conhecimento que temos da natureza é sempre um conhecimento intermediado, seja pelo romantismo, seja pela ciência. Latour nos convida a não mais pensar a natureza como um conceito atemporal e perceber os mecanismos de produção atrelados a mecanismos políticos e científicos. As ciências vão canalizar, através de diversas disciplinas, discursos sobre a natureza. A História Natural seria a grande responsável pelos avanços feitos no ramo das descobertas científicas. Com seu postulado de “verdade” e “eficácia” ela transformaria e mobilizaria o conceito de utilidade tão característico das ciências do século XIX: o conhecimento do mundo natural buscaria apenas a verdade escondida no reino da natureza, mas seria este descobrimento que permitiria agir sobre o natural. A produção do conhecimento estava inerente ao uso da natureza sob a tutela dos interesses humanos.

Os mecanismos de surgimento, atuação e manutenção dessas disciplinas estarão ligados às demandas políticas de momentos específicos, daí a necessidade de historicizar a natureza em sua produção científica. A produção do conhecimento como delimitação entre as nações no século XIX iria extrapolar para as suas colônias, embora os centros das tensões político-econômicas tenham surgido no velho mundo. A geografia do conhecimento mobilizava a produção e circulação de saberes nas áreas periféricas e o Brasil não ficou imune a essa produção. A “ciência da natureza” seria universal, da mesma forma que universal seriam as leis do mundo natural. Se a razão guiava o mundo, a ciência seria o pilar dessa ação pragmática à serviço do progresso material, como bem ressaltava o jornal carioca *O Patriota* em 1813: “as luzes espalham-se pelo mundo; cumpre aproveitá-las”.⁵ A ciência que se colocava como universal dependia de fatores políticos e econômicos, sendo que parte das novas técnicas eram de controle das metrópoles, não sendo transposta em grande parte para as colônias. Basta lembrar que a máquina de descaroçar algodão, inventada por Ely Witney em 1873, foi conhecida no Brasil somente depois da independência.⁶

⁴ O que Latour propõe é repensar tais categorias de análise e seus funcionamentos, pois “natureza e sociedade não são mais termos explicativos, mas sim aquilo que requer explicação conjunta”. Essa explicação conjunta se deve ao fato não haver separação total entre cultura e, pois, esta é objetivada a serviço da reprodução da vida social. Por outro lado, vale destacar que houve também, em aspectos distintos, uma separação entre cultura e natureza e seria na dimensão temporal que se instauraria a ruptura. Enquanto a Natureza ainda seguia em seus ritmos cíclicos o homem vivenciava a passagem do tempo como um caminho a ser trilhado, aberto a todo tipo de aventura.

⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 78.

⁶ Idem, p.113.

Na sessão realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 30 de maio de 1856, presidida pelo monarca D. Pedro II, Manuel Ferreira Lagos, sócio efetivo da instituição, terminou seus comentários falando sobre a viagem do Conde Castelnau às regiões Centrais da América do Sul (viagem realizada entre os anos de 1843-1847), cujo fim era estudar a Floresta Amazônica. Castelnau escreveu a obra *Expedition des les parties centrale de l'Amérique de Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para*. O relato monumental, publicado em Paris, de 1850 a 1857, compreendia a história da viagem em seis volumes de textos e um atlas, e mais oito volumes em onze tomos sobre geologia, geografia, botânica e zoologia, assim como história.⁷ Segundo Lagos, tal obra distorcia a realidade e trazia mentiras sobre o Brasil.⁸ Findando sua preleção, Lagos sugeriu que fosse criada uma Comissão Científica Nacional, pois todo país moderno deveria ter uma ciência nacional. Apesar da ciência ser universal, esta seria alcançada através da instrumentalização do Estado, suas instituições e seus cientistas.

A Comissão Científica que se destinava a estudar e conhecer a nação surgiu de uma das mais renomadas instituições brasileiras do século XIX. No IHGB se agregavam os maiores intelectuais da nação, responsáveis por uma escrita sobre a mesma. A criação do IHGB a partir da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (fundada em 1827) sugere a íntima relação não apenas sobre a institucionalização da ciência, mas também sobre sua relação com outros saberes, tais como a geografia e a história, todos na busca de uma narrativa comum na delimitação do espaço nacional.⁹

A Comissão Científica tinha como principal tarefa descortinar (descobrir/criar) a nação em seus aspectos naturais, políticos e culturais. A integração da natureza brasileira se daria pela união de suas regiões através do olhar científico nacional. Os regionalismos seriam minorados e a Corte seria o centro do país através da integração de suas mais distantes paragens. Um olhar científico é criado na medida em que analisa e integra a natureza brasileira, mostrando sua totalidade e sua potencialidade. A Comissão Científica era composta por cinco seções de estudos, cada uma sob a ordem de um membro sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): Botânica, sob as ordens de Francisco Freire Alemão, também chefe da Comissão Científica de Exploração; Geologia e Mineralogia, dirigida por Guilherme Schüch de Capanema; Zoológica, liderada por Manoel Ferreira Lagos; Astronomia e Geografia sob o comando de Raja Gabaglia; Etnográfica e Narrativa de Viagem, sob a responsabilidade de Gonçalves Dias. Além dos ajudantes de cada seção, fazia parte dessa experiência o pintor Reis Carvalho.

⁷ MINDLIN, José E. Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 52.

⁸ Os olhares europeus sobre os trópicos eram sempre carregados de preconceitos e determinismos, corroborados pelo saber científico. Partindo do pressuposto de que todo país moderno deveria ter suas instituições científicas e ser estudado por intelectuais nacionais e não mais estrangeiros, o IHGB aceitou a sugestão de Ferreira Lagos para formar uma comissão científica composta unicamente por brasileiros na tarefa de conhecer a nação através dos “filhos da pátria”.

⁹ SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

As referidas seções que formavam a Comissão Científica eram disciplinas que compunham a História Natural, que tinha por meta o progresso científico e sua vulgarização na sociedade, principalmente na indústria e agricultura. Com o intuito de aumentar a “fecundidade da terra” e contribuir para a riqueza da nação, o saber científico se especializava ao mesmo tempo em que se institucionalizava. Foi o caso da Comissão Científica de Exploração e suas sete seções de estudos saídas do IHGB. Este novo saber especializado (ou espacializado) sobre a natureza buscava descobrir os segredos do mundo natural e tornar “esta verdade” à serviço do progresso da humanidade:

As Sciencias Naturaes constituem a parte dos conhecimentos humanos que tem por objecto todas as obras do Creador. Reduzindo-se estas obras em corpos e phenomenos, dahi vem as divisões Historia Natural que trata dos primeiros e Sciencias Physicas dos segundos. A Historia Natural é pois, sciencia vasta e utilissima que em suas minuciosas pesquisas penetra no espaço infinito cheio de uma alluvião de corpos mui diversos, e dirigindo-se para o planeta que habitamos ahi estuda os Continentes, os Mares e tudo o que elles encerrão.¹⁰

Um efetivo conhecimento do país perpassava sua natureza física e social. A nação se faria pela constituição de seus saberes/poderes. Botânica, Geologia, Zoologia, Geografia e História, todas envolvidas no mesmo projeto político: o domínio do espaço nacional pelo seu estudo científico, escrevendo e dando a ver o país. A História Natural tinha como meta a gestão da natureza e da felicidade pública, na medida em que solucionava a questão da subsistência. A botânica e a zoologia foram as ciências eleitas para dar conta de uma estetização da natureza marcada pelo colecionismo.¹¹ E como a natureza aparecia como um livro a ser descoberto, as possibilidades de investigação pareciam ser infinitas.

A fome de tudo ver e a tudo englobar faz parte do processo e de um projeto de integração de várias regiões a algo chamado Nação. A História Natural possuía também o caráter de inventariar, quantificar e utilizar. Essa “função” estava esboçada na Comissão Científica de Exploração. As *Instruções* que norteavam os trabalhos científicos revelam um campo disciplinar ligado à produção de um saber social e utilitarista, sendo a ciência um capítulo da história social a ser explorada em suas implicações culturais. À Comissão Científica caberia, de início, a coleta de materiais para a análise dos mesmos, o que seria feito na Exposição realizada na Corte.

Bruno Latour chama a atenção para fato o de não ser possível pensar a natureza separada da história, pois nos encontramos diante de uma história conjunta das ciências e da natureza.¹² Cada disciplina científica vem corroborar as novas sensibilidades em relação à natureza. Um saber especializado acaba por perverter a percepção, posto que esta não é um dado e sim

¹⁰ O *Auxiliador da Industria Nacional*, 6 de junho de 1892, p. 130.

¹¹ KURY, Lorelai. História natural, utilidade e felicidade no iluminismo francês. In: *Natureza e Cultura: capítulos de História Social*. Kenia Rios, Ana Isabel [et al]. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013, p. 9.

¹² LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 56.

resultado da reflexão. O resultado dessa operação intelectual seria a alienação do mundo através da produção artificial da natureza. A “operacionalização” da natureza se daria quando os resultados obtidos em campo retornassem ao “centro” para daí serem sistematizados, no caso da Comissão Científica o acervo colhido se destinava ao Museu Nacional. Essa documentação nos fornece elementos para analisarmos o que cada membro da Comissão Científica estava se propondo como cientista e o que era fazer ciência naquele momento.¹³ Nas Instruções de Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, encontram-se trechos que orientavam as Viagens Filosóficas, textos adaptados pelo Museu Nacional em 1819 e que foram preparados inicialmente pelos naturalistas da Academia de Ciência de Lisboa, fundada em 1779. Alguns trechos estão totalmente transcritos nas Instruções do Museu Nacional, mostrando um claro vínculo entre a ciência do II Reinado e o período ilustrado.¹⁴

Elaboradas nos museus de História Natural, as instruções orientavam sobre os produtos naturais e industriais a serem recolhidos e como deveriam ser preparados, os locais a serem percorridos, as observações etnográficas que deveriam ser feitas, a produção de diários de viagens e desenhos. Na tentativa de neutralizar a subjetividade do naturalista, as instruções tinham um caráter otimizador na experiência em campo. Como a Comissão Científica. A metodologia se punha como centro do fazer ciências, mas este “fazer” estava vinculado ao lado de observar, acumular e sistematizar, daí a importância das instruções de trabalhos. A experiência em campo sempre sai do planejado inicialmente, sendo marcada pela adversidade. As instruções dadas aos viajantes tinham como meta tanto a objetivação das narrativas como dar ordem ao tempo do passante, ordenando e dando legibilidade ao percurso narrado.

Nas *Instruções* da Seção de Botânica Freire Alemão (1797-1874) escreveu apenas dois tópicos como norteadores de seus trabalhos, nos quais ele se utiliza das possíveis riquezas e usos da natureza a ser observada. O estudo de vegetais que “possão aproveitar na medicina e na indústria” mostra que o uso dos recursos naturais passava primeiramente por um inventário dos mesmos, sendo que a necessidade de se catalogar os recursos da natureza fazia parte de um desejo de domesticação dos produtos da terra. Um conhecimento e um domínio sobre a natureza em benefício do homem é um dos traços mais recorrentes em toda instrução de trabalhos (das cinco seções).

O Dr. Guilherme Schüch de Capanema (1824-1906) chefiava a Seção de Mineralogia e Geologia. Era formado pela Escola Politécnica de Viena e doutor em Ciências Físicas e Ma-

¹³ As “Instruções da Comissão Científica” foram publicadas na Revista do IHGB em 1856. Em 1862 são novamente publicadas juntamente com os relatórios lidos por Freire Alemão, Capanema e Lagos quando do regresso da Comissão Científica à Corte em 1861. É esta última publicação que será utilizada nesta pesquisa. Cf. *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

¹⁴ “Estas foram denominadas Viagens Filosóficas, designação concorrente ao seu principal objeto, que era a observação e interpretação da natureza nos diversos domínios da filosofia como a física, a química e a história natural”. Cf. PATACA, E. Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro: v. 3, n. 1, jan./jun, p.58-79, 2005.

temáticas pela Academia do Rio de Janeiro. Em concurso, conquistou o lugar de lente substituto de Mineralogia da antiga Escola Central e regeu por algum tempo a cadeira de Física. Em 1849, foi nomeado diretor adjunto da Seção de Mineralogia do Museu Nacional. Capanema levou como ajudante de sua Seção João Martins da Silva Coutinho, que viria a ser o guia e o conselheiro da expedição de Agassiz ao Amazonas.¹⁵

O saber geológico, em fins do século XIX, envolveu-se em muitas polêmicas ao tratar de estudos relativos não só à terra, mas à sociedade. A ciência geológica, ao realizar estudos sobre os fósseis, acabava indo de encontro a certos dogmas até então reinantes, tais como a evolução da terra e a criação do mundo. O tempo geológico e os fósseis mostravam que o homem veio de uma longa evolução. A história natural passou a exigir mais unidade de tempo para explicar seu próprio objeto de estudo. A temporalização penetra na natureza através da ciência, que observa, descreve e a experimenta através de objetos técnicos.¹⁶

A Seção Zoológica ficou sob a responsabilidade de Manoel Ferreira Lagos (1816-1871). Lagos foi o porta-voz da proposta de formação da Comissão Científica no IHGB. Funcionário do governo na época da partida para o norte, acumulava a chefia da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia no Museu Nacional e do posto de oficial-arquivista da Secretaria de Estado dos Negócios. Encarregou João Pedro Villa-Real e Lucas Villa-Real de preparar os animais que seriam coletados pela sua Seção. A definição de Zoologia e sua finalidade aparecem logo nas primeiras linhas das Instruções:

A zoologia não se limita a uma descrição simples e rigososa dos animais distribuídos sobre a superfície do globo terrestres, grupando-os methodicamente (...), ella occupa-se também, e é o mais essencial, do proveito que as artes, a medicina e a economia domestica podem tirar das numerosas legiões de viventes que povoão o ar, a agua e a terra. Concebe-se assim quão immenso é o domínio deste ramo da historia natural, e as vantagens que resultão do seu estudo, entendido como deve ser.¹⁷

A Seção Astronômica e Geográfica foi entregue a Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872). Sua Seção recrutava o Capitão Agostinho Victor de Borja Castro e os primeiros-tenentes Antônio Alves dos Santos Sousa, Francisco Carlos Lassance Cunha, João Soares Pinto, Caetano de Brito de Sousa Gaioso e Basílio Antônio de Siqueira Barbedo como ajudantes, formando então

¹⁵ Sobre as instruções da Seção de geologia recaíram as maiores expectativas a respeito dos resultados que a Comissão Científica obterá. Acreditava-se na existência de minas de ouro e prata escondidas no interior da nação, e o saber geológico ficava encarregado de confirmá-las. Mas o que se desejava para além de um novo “Potosí” era descobrir minerais úteis à indústria nacional. Buscava-se, através da geologia, mapear e explorar novas matérias-primas a serem utilizadas na indústria nacional e assim tornar o Brasil mais próspero e independente das importações minerais.

¹⁶ Os seis mil anos de idade que os arautos do velho testamento advogavam não se sustentavam diante das novas “evidências científicas”. Keith Thomas, referindo-se à geologia, argumenta que, entre os anos de 1820 e 1840, os geólogos ampliaram enormemente a idade da terra, e o estudo de fósseis e ossos encontrados em cavernas estabelecia que a vida do homem remontava aos tempos quaternários. Esse novo quadro temporal tornou muito mais fácil aceitar as teorias evolucionistas de Lamarck e Darwin. Uma teoria da ciência, a partir das Instruções. THOMAS, Keith. Op. Cit. p. 159.

¹⁷ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p. XX.

a Seção mais numerosa. Isso se justificava pela natureza de seus trabalhos, havendo a necessidade de vários grupos se distribuírem pelo território tomando notas e medições apontadas pelas *Instruções* de trabalho. A acumulação dos dados para futuras análises mostrava-se como um método válido na busca de mapear a natureza e dela tirar benefícios. Mas seria com a produção dos dados e os usos que eles permitiam que os membros dessa seção estavam mais engajados. Enquadrar o espaço geográfico, conhecer seus ritmos e ciclos daria uma norma de ação ou planejamento mais seguro para intervenções científicas.

A Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem ficou sob a responsabilidade de Gonçalves Dias (1823-1864), formado em direito em Coimbra. Após o início de suas atividades no Norte, teria requisitado um adjunto para sua Seção, Francisco de Assis Azevedo Guimarães. Entre os trabalhos dessa seção havia não apenas a preocupação com a natureza, mas também com os índios, sendo de “grande utilidade indagar qual a opinião em que elles nos tem”, e “quaes suas queixas de receios fundamentais, para estudar os meios de remover este obstaculo com o fim de chamar à industria tantos braços perdidos, e diminuir o numero de inimigos internos”.¹⁸ Buscava-se uma certa “homogeneização” entre as populações dispersas pelo país, mas preocupava-se também em ocupar os índios em trabalhos úteis. A questão do trabalho no Brasil seria uma grande pauta durante toda a segunda metade do século XIX, uma vez que o trabalho escravo, aliado a relações arcaicas de produção, seria o grande entrave para a expansão da agricultura brasileira.

Como pintor, veio o tenente José dos Reis Carvalho (1798-1892),¹⁹ professor de Desenho da Escola da Marinha. O pintor tinha como função transformar o visto em objeto de análise. O ver era dado como verdadeiro, sendo o sentido da visão e o ato da experiência em campo os dois pilares na sistematização do mundo natural. Os desenhos eram portadores de racionalidade científica, descrevendo e circunscrevendo o objeto analisado, fazendo dele estudo da ciência.

A Comissão Científica de Exploração atuaria na província cearense entre os anos de 1859-1861, depois retornaria à Corte e não mais voltaria à ativa. Essa experiência, primeira sobre a ciência nacional, está relacionada à necessidade de conhecer a nação e a partir disto traçar projetos de desenvolvimento para a agricultura e demais riquezas nacionais. Além do mais, a própria Comissão resolveu, para dar mostras de seus trabalhos, realizar no Rio de Janeiro uma exposição de produtos da indústria cearense. A proposta dessa discussão é tentar entender a mediação feita pelos cientistas na produção de um campo de visibilidade da província cearense através da exposição realizada na Corte, problematizando a relação entre a exibição dos produtos cearenses e a produção científica, ou melhor, como a ciência nacional elaborava discursos sobre a natureza. No caso aqui analisado, ciência e política, cultura e natureza mostravam todas as zonas de interseção, pois a ciência que produzia e elaborava relatórios sobre as riquezas nacionais

¹⁸ Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, 1862, p. XLIV.

¹⁹ Há poucas informações sobre o pintor. Cf. Rachel Amaro, In: jornal *Diário do Nordeste* (Fortaleza - CE), 06-12-2009, Caderno Regional, p. 2.

estava atrelada às questões políticas do II Reinado brasileiro. Os cientistas estavam a serviço da construção de uma imagem positiva e progressista para o Brasil. Esse seria o primeiro ensaio expositivo realizado no país e foi também um dos primeiros resultados dados pelos cientistas nacionais.

O estudo da agricultura estava nominalmente citado como trabalho a ser realizado em três das cinco seções da Comissão Científica (Geologia, Zoologia, Etnografia), mas isso não impediu que todos os seus membros escrevessem sobre o tema. O estudo da terra, da natureza e seu uso permeavam os estudos dos cientistas. Buscava-se uma racionalização do cultivo através do domínio das técnicas agrícolas e do conhecimento das propriedades do solo. Saber quais as culturas que melhor se adaptavam a determinado tipo de solo era uma das preocupações econômicas no país. A agricultura era a principal riqueza do Brasil na segunda metade do século XIX e sobre ela recaía a necessidade de conhecimento e ampliação de seu potencial:

É a historia natural com effeito que fazendo o inventario das numerosas espécies com que o Creador povoara o globo, procura, descobre entre ellas os productos textis por meio dos quaes o homem se preserva das intempéries das estações, ou mais ainda as substancias assimilaveis próprias para a reparação de suas forças. E é a agricultura que créa e multiplica sobre nosso solo essas preciosas substancias que a industria depois manipula e o commercio distribue pelas populações.²⁰

Nas *Instruções* elaboradas para a realização dos trabalhos dos cientistas, Gonçalves Dias escrevia sobre a necessidade de se conhecer a nação e suas riquezas. Nas instruções do poeta constava que “se é de boa filosofia que o homem se conheça a si próprio, é de melhor política que qualquer paiz trate de conhecer os seus recursos para saber o que possui, de os catalogar para saber onde existem, e de os aquilatar para saber quanto valem”.²¹ A ciência da estatística se formava e se reforçava junto ao desejo de quantificar, usar e mostrar a riqueza das nações. O que dificultava a catalogação da natureza brasileira não era apenas a dimensão continental do país, mas sua própria diversidade e “austeridade”. A natureza brasileira ainda aparecia como um solo indomável, que tanto encantou os estrangeiros que por aqui passaram. A mensuração da natureza e a decodificação do espaço passava pelo crivo da ciência estatística, cuja finalidade é instruir e administrar através do uso da informação.

Baseado nos pressupostos científicos da estatística de “aquilatar e ver quanto vale” e para servir à administração, o Brasil ensaiou suas primeiras exposições industriais. É possível perceber ao longo dos eventos expositivos realizados na segunda metade do século XIX uma reiterada divulgação das potencialidades da agricultura nacional. Isso nos sugere não apenas que o país de fato tinha na terra a sua principal riqueza, mas principalmente, remete-nos a um projeto de industrialização dessas riquezas, pois se possuía a matéria-prima, mas faltavam os meios de

²⁰ O *Auxiliador da Indústria Nacional*, 1 de janeiro de 1872, p. 34.

²¹ *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, 1862, p. IX.

explorá-las de forma mais “racional”. Em todos os catálogos são citados vários tipos de madeira, algodão, árvores, minérios etc. Faltava-nos recursos técnicos para um maior aproveitamento dos recursos naturais e a falta desses recursos impedia a especialização das atividades produtivas, reduzindo o comércio interno.

A exposição dos produtos cearenses organizada por Ferreira Lagos foi pioneira no país e fazia parte dos resultados da expedição da qual ele fez parte. Em 7 de setembro de 1861 se inaugurou no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, a “Exposição de produtos cearenses”, aberta ao público até o dia 15 do mesmo mês.²² Em 2 de dezembro do mesmo ano, abria-se, na Escola Central, também na capital do Império brasileiro, a primeira “Exposição Nacional”. Coleção e exposição são, portanto, faces complementares de um mesmo esforço em que ciência e política caminham juntas.²³ As exposições seriam uma textualização, ou uma grande narrativa sobre a nação, uma vez que técnicas, objetos e histórias espalhadas e dispersas em várias províncias seriam acolhidas pela comissão exploradora e reconvertidas e estruturadas num inventário nacional incorporado ao todo. Pensar a produção de uma representação para o país e quais as práticas envolvidas nesse processo nos leva a tematizar a nação, ou seja, ao se colocar determinadas questões o país estava elaborando sua própria história e pondo questões de ordem temporal. A própria nação ao englobar o todo de suas regiões envolvia toda a multiplicidade que nelas havia.

O jornal *O Cearense* estampou em letras garrafais as notas sobre a exposição realizada na Corte.²⁴ Notas transcritas dos jornais do Rio de Janeiro foram publicadas para que os leitores cearenses lessem com orgulho o que da província se falava no centro do império. Nas exposições falava-se das riquezas potenciais, da cultura material, da fauna, da flora, mas principalmente falava-se no futuro glorioso da província e do país e dos melhoramentos materiais que seriam possibilitados a partir desses eventos, ou melhor, dos resultados práticos que poderiam ser forjados a partir daí. A ideia era que cada exposição contribuísse e aumentasse o inventário das riquezas do país. A praticidade daí advinda gestaria uma maior administração dos recursos e um “melhoramento” na indústria nacional.

Mas tudo o que se expõe passa por uma seleção. O que se daria a ver era o que se achava interessante, naquele momento histórico, de ser visto. As duas exposições realizadas em 1861 buscavam criar uma imagem da nação e da província num mesmo processo de consolidação

²² Segundo o escritor Moreira Azevedo: “No mesmo dia que celebrava-se no Rio de Janeiro essa festa industrial, executava-se no monte de Santa Cruz, fronteiro á cidade de Ouro Preto, cerimonia semelhante. Em agosto de 1860 um missionário capuchinho erguera nesse monte uma cruz, e, saudando o povo com três dias de festejo o symbolo da redempção, resolveu levantar allí uma ermida; no anno seguinte, tendo de repetir-se o festejo, propoz um vereador da camará de Ouro-Preto que se estabelecesse allí, junto ao madeiro da cruz, uma feira ou exposição industrial, para ser assim festejado o dia 7 de setembro. A idéa encontrou echo em toda a provincia; construiu-se no monte um edificio para receber os productos agrícolas e outros objectos, e realizou-se a primeira exposição na provincia”. AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades*. Vol. II. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, p. 261. Essa Exposição mineira não foi noticiada nos periódicos cearenses e quase nunca é citada quando se fala das Exposições acontecidas em 1861. Apesar de sua importância não ter sido percebida à época, vale ressaltar o evento, pois ele mostra que a ideia de se fazer exposições era corrente no período.

²³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em Von Martius. Esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciência, Saúde. *Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.7, n.2. Rio de Janeiro, 2000, p. 7.

²⁴ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

que passava também pela imaginação, pela construção simbólica de si mesma em relação aos outros. As exposições, embora de curta duração, simbolizavam um trabalho de construção dos possíveis, de tornar real o que se figurava como efêmero. Era uma forma não apenas de mostrar, mas de criar, materializar e canalizar esforços na criação efetiva do que se exibia. A relação que se estabelecia ao se expor produtos das mais variadas regiões do país buscava não só o diferente, mas “a diferença” e esta se baseava num ato e numa prática discursiva que visava o domínio através do fato de compreender mais sobre o todo do espaço nacional e assim enquadrá-lo de forma mais eficaz.

O jornal *O Cearense* de 26 de novembro de 1860, data em que os cientistas ainda estavam no Ceará, traça um breve roteiro da Comissão Científica, principalmente de Ferreira Lagos, que buscava uma avaliação das potencialidades econômicas da província cearense, tendo essa busca se efetivado com a realização da exposição dos produtos cearenses na Corte. Sobre as excursões e intenções do zoólogo, o jornal relatava:

Amanhã parte para Sobral, e Serra da Ibiapaba, afim de continuar as suas explorações no arduo ramo da sciencia que lhe foi confiado. Todos sabem que este nosso distincto patricio, além de uma ampla colheita de objectos naturaes, teve a feliz lembrança de reunir na sua primeira digressão quanto poude achar de curioso e comprobativo do estado de civilisação, industria, usos e costumes dos habitantes desta provincia, para que na cõrte se conheça que não somos tão barbaros como lá se acredita. Desejando-lhe a mais prospera viagem, estimaremos que obtenha os mesmos satisfactorios resultados na sua segunda peregrinação, e seja acolhido pelos nossos patricios com o bom agasalho que confessa haver sempre recebido, e de que na verdade elle se faz merecedor pelas suas maneiras affaveis e gênio caritativo.²⁵

Essa experiência (expositiva) foi a primeira do gênero no Brasil, uma vez que serviu como preparação para a primeira Exposição Nacional. A imaginação do que seria a distante província do Ceará passava pela exibição de suas riquezas, onde sua imagem se materializava em seus próprios produtos. O evento divulgava o Ceará na Corte e tentava melhorar a imagem da Comissão Científica, que sofria duras críticas por não obter os resultados esperados. Estava em pauta a imagem do Ceará, a imagem da Comissão Científica, a imagem da Corte e de seus políticos. A materialidade expressa na exposição dos produtos tinha também uma ressonância subjetiva, para além do exposto. Mas a realização de uma exposição não constava nas Instruções de trabalho dos cientistas, que talvez não fosse necessário dada a relação entre o ato de colecionar e de expor. Por outro lado, é interessante ressaltar que Lagos deixou muito de seus afazeres oficiais (das Instruções) para realizar de forma avulsa a sua coleção de objetos, o que gerava certos desentendimentos entre ele e Freire Alemão.

As primeiras notícias sobre o evento chegaram à imprensa cearense em outubro. O jornal *O Cearense* trouxe várias notas e muitas transcrições dos jornais da corte retratando a exposição. Letras garrafais e matérias extensas com o título “EXPOSIÇÃO DE PRODUCTOS

²⁵ *O Cearense*, 26 de novembro de 1860.

NATURAIS E INDUSTRIAIS” chamavam os cearenses para lerem sobre a exposição e sobre a recepção dos produtos de sua província na capital do império. Os artigos aproveitavam o momento para reclamarem pelo incremento e apoio do governo à indústria. Os textos versavam desde produtos industriais, artesanais e curiosidades. Isto se devia ao fato de que o conceito de indústria ainda era pouco definido e envolvia muitas artes (ofícios), e se buscava criar mercados para muitos produtos, industrializados ou não. Caberia ao governo patrocinar as exposições e delas tirar o proveito maior em prol da nação, como relata *O Cearense*:

Qual quer que seja a fisionomia politica do actual ministerio, e de outro qual quer, apesar de órgão do partido liberal da provincia, desse partido proscripto há 13 annos, não deixaremos jamais de applaudir as medidas que tiverem por fim promover os recursos de nosso paiz, desenvolver a sua prosperidade de qualquer maneira que seja, com tanto, que dahi resulte o engrandecimento de nossa terra, e o bem estar de nossos patricios; porque, brasileiro, o que podemos mais desejar, do que a felicidade, e prosperidade de nosso patria? Os paizes cultos da Europa não tem chegado ao grão de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de sua industria, em todos os seus ramos, sinão por meio de uma exposição de seus productos, onde se nota o que merece correcção, e aprecia-se o que é bem acabado, recebendo os productores louvores, premios, e animações do publico, e do governo.²⁶

Caberia ao governo, suas instituições e associações, fomentar o mercado interno e seu crescimento industrial, dar incentivos a novas invenções e promover eventos expositivos. O evento em si já significava que se tinha algo a se mostrar e o caráter exibicionista não esconde as intenções nacionalistas do evento. Na comparação entre as nações, seria “moderna” aquela capaz de otimizar sua produção através de novas técnicas e aproveitamento de suas riquezas, mobilizando a capacidade produtiva existente, sendo as exposições parte desse arranjo na busca de se conhecer e melhorar os diversos produtos que poderiam fazer parte das exportações. Segundo *O Cearense*: “Tudo isso importa conhecer-se, e expor-se; porque tudo isso tem um valor no mundo industrial, que pode ser vantajosamente explorado para a riqueza da terra, e dos proprietarios, que possuirem taes objectos”²⁷

O argumento “Tudo isso importa conhecer-se” fazia parte do projeto de emancipação econômica do país. Buscava-se entrar no *ball* dos países civilizados e para tal seria preciso fomentar a indústria nacional, inventariar e catalogar seus bens e vendê-los no mercado externo. Interessante notar que o jornal faz referência aos catálogos que eram confeccionados para as Exposições Universais e que eram amplamente divulgados durante os eventos, sendo essa passagem do jornal um sinal de que o Brasil estava atento ao acontecer das exposições, posto que até aquele momento o país não havia participado de nenhum evento e tampouco realizado uma

²⁶ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

²⁷ *Ibid.*

exposição nacional, o que ocorreria apenas em dezembro de 1861. Ao se catalogar coisas “objetos da indústria humana como, também de todo e qualquer de produção espontânea da natureza” desejava-se levar para os catálogos objetos de tempos diferentes, ou seja, objetos de natureza natural e não-natural. Registrava-se o que a natureza proporcionava em estado bruto e o artificial que dela também provém.

Para inventariar os produtos da natureza brasileira seria preciso primeiro coletá-los e avaliá-los, saber seus usos e valores, cabendo essa empreitada aos membros da Comissão Científica. Esse inventário também serviria para que o governo passasse a utilizar o que antes era comprado no mercado externo. Muito do que se comprava dos países ricos poderia ser feito ou substituído no país se a indústria, sob a égide do governo, soubesse o que a nação possuía e desse bom uso a essas riquezas. Sobre a exposição e o comércio local, *O Cearense* ironizava:

Mencionaremos igualmente a variada collecção de madeiras, apresentando bonitas côres o que as torna apropriadas a diversissimos usos. Vemos, como exemplo, algumas bengalas de violete e duas do tronco da carnaubeira, que são muito mais bonitas do que as do ayri tão usado para este fim na Europa, e muito mais sólidas do que as de outras palmeiras, que têm muita sahida, sobretudo para cabos de chapêu de sol. Vemos o berabú (guarabú) torneado, e o angico, que produzem lindissimo effeito. O primeiro seria muito apropriado para embutir, e o segundo para marcenaria. No norte dão-lhe bastante emprego, mas apesar disso usam mobílias vindas da Europa. Não se supponha que são de madeiras exquisitas, trazidas de terras longiquas; não senhor! São de mogno que è madeira que foi das Antilhas e das Guyanas e volta para o Brazil. A differença está em que pagamos dous fretes e pelo menos quatro direitos de entrada e sahida.²⁸

A falta de conhecimento sobre as riquezas nacionais e o atraso técnico em que vivia o país naquele momento levava o Brasil a se sujeitar ao mercado externo, vendendo produtos naturais e comprando manufaturas. Isso colocava o país numa posição secundária no mercado mundial. Nas matérias transcritas pelo jornal *O Cearense* sobre a exposição dos produtos cearenses na Corte parece haver um descontentamento com o “descompasso” da economia nacional. Tanto a província cearense quanto as demais regiões do Brasil aparecem como territórios dotados de riquezas e potencialmente promissores, mas isso não se ajustava ao cenário apresentado. Podemos perceber essas críticas como tentativas de instituir um pensamento de mudança à falta de investimentos do governo no incentivo à agricultura, pois isso acarretava atrasos no mercado interno. Reclama-se da ausência do governo imperial na administração da riqueza nacional, pois sabia-se que as dificuldades internas seriam sanadas apenas através do imperador e de seus políticos. O Estado era chamado a tutelar “a mão invisível do comércio”.

²⁸ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

O jornal continua a transcrição e sua reclamação sobre o papel que o governo deveria ter nos investimentos da indústria nacional e na sua importância para tirar o Brasil da dependência externa. Internamente, as regiões brasileiras pareciam quase intransponíveis. Não é de forma gratuita que nas primeiras décadas do século XIX as melhores notícias são dadas pelos viajantes (geralmente naturalistas), porque era mesmo necessário uma aventura para transpor as adversidades de comunicação existentes. Segundo *O Cearense*:

Quando ha necessidade de carvão vai o proprio consumidor queima-lo, porque manda-lo fazer por outros sahe muito caro, e os cobres que elle ganha devem sustenta-lo e servir para comprar o ferro que è fornecido até ao interior do Piauhy pelas fabricas inglezas! (...). A comissão scientifica propoz ao governo que se ensinasse ao povo o meio de tirar proveito dessas minas, produzindo com seus diminutos recursos e como o seu trabalho o ferro de que carecesse para o seu consumo. Parece porem que a proposta não chegou ao Rio de Janeiro!²⁹ [Grifo no original].

A nota traz assinalada do original o fato de uma empresa inglesa ser fornecedora de matéria-prima até mesmo no distante interior do Piauí, o que mostra a total ausência do governo sobre seu comércio interno. Para sair desse estado de coisas, a Comissão Científica sugeriu a instrução, não aquela “instrução teórica”, mas sim aquela capaz de ser útil para o povo. A questão da instrução “útil” era uma das questões mais debatidas nos círculos intelectuais do império brasileiro, sendo que destas discussões saíam muitas publicações destinadas a divulgar os melhoramentos materiais que haviam sido feitos no país e principalmente estimulá-los. Essas publicações visavam melhorar a produção da agricultura através de novas técnicas. Dentre as instituições se destacariam a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Ministério da Agricultura, sendo ambas as responsáveis por grande parte das exposições nacionais que aconteceriam nos anos seguintes a 1861.

Embora a agricultura fosse tida como a “riqueza da nação”, muitas outras culturas chamavam a atenção e preocupação dos produtores e do governo, sendo que o inventário de suas riquezas deveria analisar e expor os estudos realizados sobre o reino mineral e animal, o orgânico e o inorgânico. Produtos de origem animal foram expostos no intuito de chamar a atenção do governo para a necessidade que a nação tinha de incentivar a indústria e assim produzir excedentes, trazendo riquezas para o país. A apicultura parece ter chamado a atenção de Ferreira Lagos por sua fonte de renda, pelo potencial que o Ceará possuía em sua produção e pela pouca exploração desse recurso natural. Em seu regresso à corte, Lagos leu no IHGB seu relatório sobre os trabalhos realizados pela seção de zoologia. Nele dizia que faltava estudos sobre muitos produtos a serem explorados e tal estudo favoreceria tanto à ciência como ao comércio, pois “as a bela cera de muitas além de satisfazer o consumo do País, libertando-nos do imposto

²⁹ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

que anualmente pagamos ao estrangeiro, poder-se-ia tornar ao mesmo tempo um gênero de subida exportação.³⁰

Lagos chamava atenção apara aqueles produtos que poderiam ser cultivados em solo nacional, sendo este cultivo benéfico de forma interna e externa. No plano interno a produção poderia tanto gerar valores para os cofres públicos como alimentar o povo. No plano externo o país poderia vender tais produtos e lucrar novamente, estimulando a produção nacional, pois a produção de excedentes, além de gerar divisas para o país, mostrava o uso efetivo da terra, questão de extrema importância para a expansão e circulação do capital. Mas parece que o estímulo à apicultura, como tantas outras observações feitas na exposição de 1861, ficaria relegada. O pesquisador gaúcho Rodolfo Von Ihering, chefe da Comissão Técnica de Piscicultura, em viagens pelo Nordeste entre os anos de 1932-1939, fez os mesmos reclames de Lagos para a necessidade de se incentivar a apicultura. Para Von Ihering, o mel, além de suprir as necessidades alimentares dos pobres, teria sua produção estimulada por condições ambientais. Ainda segundo ele, usando dados de 1920, a produção de mel no Nordeste era de ordem decrescente.³¹

A exposição dos produtos cearenses, embora muito elogiada como promessa de um projeto a ser posto em ação para “melhor conhecer para aquilatar”, mostraria ao mesmo tempo as fragilidades dessas intenções. Os apelos feitos por Lagos podem ter ficado no esquecimento, não por falta de interesse, mas por falta de recursos científicos e tecnológicos para levar as ideias a sua real efetivação. A cultura científica do país ainda estava em formação e não havia uma “rede” de pesquisadores e instituições articulados e, ainda por cima, os poucos espaços de pesquisas que haviam na época estavam sob a tutela imperial. Capanema, em carta para Gonçalves Dias, descrevia a falta de recursos intelectuais reinante na Corte no momento em que a exposição de produtos cearenses se realizava:

Mestre Lagos sôfrego de se tornar benemérito da pátria arranjou uma exposição de todas as suas rendas redes e bicos que trouxera do Ceará; pediu-me que dissesse alguma cousa fi-lo nos diários de 7 e 9 de setembro por meia dúzia de motivos: 1º algumas pessoas apreciarão aquilo como o mais relevante serviço (como aconteceu) era preciso chamar a atenção; 2º porque era preciso falar da Comissão, porque hoje conheço que a guerra que se nos tem feito não nos deve ofender. Não acharás neste Rio Janeiro 20 pessoas que compreendam o que é a exploração científica; 3º precisei de um ocasião de chegar aos canhões as pontinholas para lhes conhecerem o calibre, e içar o pavilhão para saberem com que metralha se romperia combate quando fosse preciso responder a agressões, obtive maravilhoso efeito... O Jornal do Comercio entornou elogios ao Lagos a valer porém não entrou no assumpto, e para não ficar atrás do Diário tão bem escreveu uma serie de artigos sobre a exposição sabes quem o fez? Um veterinário francês do 1º regimento de cavalaria! Que vergonha.³²

³⁰ Relatório da Seção de Zoologia, lido no IHGB em 6 de dezembro de 1861. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962, p. 338.

³¹ VON IHERING, Rodolfo. *Ciência e beleza nos sertões do Nordeste*. Fortaleza: DNOCS, 1983 (1ª edição de 1940).

³² Carta de Capanema a Dias, datada de 11 de setembro de 1861. In: Correspondência passiva de Antonio Gonçalves Dias. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 84, 1971, p. 248-249.

Para Capanema o mau uso das riquezas minerais e animais denunciavam o fraco caráter científico do país. A ausência de estudos especializados colocaria o Brasil em posição de desvantagens em relação às outras nações. O comércio e a indústria apareciam sempre como sendo as preocupações mais imediatas das discussões atreladas às exposições, vislumbrando também a emancipação econômica do país e a construção de uma outra posição para o império do Brasil no cenário econômico. Falava-se em economia, mas também numa representação social para o país, uma formando-se atrelada a outra. Capanema denunciava a fraca força da ciência nacional em tematizar e agir sobre as questões postas naquele momento, pois, como bem ressaltou o geólogo: “e para não ficar atrás do [do periódico] *Diário* tão bem escreveu [*o periódico O Jornal do Commercio*] uma série de artigos sobre a exposição sabes quem o fez? Um veterinário francês do 1º regimento de cavalaria! Que vergonha”. A ciência era posta em cena através de um veterinário do regimento de cavalaria.

Os desperdícios do não uso das riquezas pátrias, a falta de tecnologia e a dependência do país ao mercado internacional mostravam os problemas a serem resolvidos, e as exposições, de início, mostravam-se como uma das possíveis soluções. A elas caberia (a partir de 1861) inventariar as possíveis riquezas, criar possíveis mercados e divulgar/introduzir as novas tecnologias. As exposições se apresentaram como projetos a serem realizados a cada novo evento, sendo que no futuro, através da acumulação realizada no percurso, o país estaria em melhores condições. Abria-se os trilhos do progresso, caberia apenas segui-lo. Estruturava-se aí uma nova temporalidade nacional, sendo que esse trajeto seria em parte feito pelos eventos expositivos. Pois estes, ao entrarem em contato com outras nações, poderia não só realizar e comparar seu grau de “civilização”, mas ao fazê-lo já estava pondo-se na temporalidade moderna, vendo-se no tempo. Cada nova Exposição daria a dimensão do acúmulo e do esforço realizado. Quantificava-se para poder se comparar.

Em 1861, a exposição de produtos cearenses na Corte era tida como ensaio para se aprimorar o comércio e criar mercados consumidores. Através dessa exposição podemos perceber e historicizar o que se entendia por indústria na segunda metade do século XIX e quais as funções de uma exposição. Uma breve olhada geral nos produtos expostos nos causaria estranhamento porque quase nada há de maquinofaturas, o que para nós hoje remete ao poder de transformar a matéria-prima em outra coisa. Nesse momento a palavra “indústria” estava associada à capacidade de produção, mesmo que fosse de objetos artesanais. Na exposição cearense e nas que se seguiram a ela o que se destacava eram as manufaturas, basicamente trabalhos artesanais. Diante das poucas invenções tecnológicas no país e sendo industrial as coisas feitas/transformadas pelo homem, tanto os chapéus de palha de carnaúba, objeto constante nas exposições industriais, quanto outros produtos como velas e bordados eram produtos da indústria cearense. A função da indústria seria também a criação de mercados para os produtos locais, dando uma nova dimensão de tempo entre produção e circulação dos produtos, quebrando o ritmo das trocas locais entre produtores e consumidores.

As exposições cumpriam também a função de aproximar consumidores e produtores de diversas regiões, dando a ver o que de outro modo se tornaria quase impossível. Juntar em um único espaço de comércio pessoas que antes estariam distantes e criar a partir dessa interação uma troca comercial era a função primordial das exposições industriais. Era essa a lógica da exposição: criar mercado para fomentar a indústria. Em 1862, quando da realização para a primeira exposição realizada na província do Ceará, o jornal *O Araripe* endossava de forma clara a relação entre exposição e comércio. Anunciava o jornal que:

No dia 2 de dezembro vindouro, deve ter lugar na santa-casa de misericórdia da capital, a exposição dos productos da industria cearense, que a Mesa regedora determinou, com o duplo fim de enriquecer aquelle pio estabelecimento e dar um estímulo a industria da província (...). Uma exposição não é somente uma ostentação, uma prova de adiantamento e progresso industrial; mas é também um princípio de commercio, e permuta. Alli se vai procurar comprador a muitos artigos, que são desconhecidos, se vai travar conhecimentos, que para logo servem grandemente. Assim, o que hoje se acha desaproveitado entre nós pode ir achar longe o seu emprego, amanhã será procurado com o maior empenho, constituindo-se o objecto de um trafico muito productivo.³³

Outro jornal provincial endossava a relação entre exposição e comércio:

É certo que nem todos por justos motivos poderão acudir o brado da imprensa; nem todos comprehederão o futuro d'esta conquista correndo profioso a este festim, que vae marcar uma epocha de grande desenvolvimento industrial n'sta província. Todavia este ensaio foi para nós uma grande Victoria. Estéril, acanhada, e humilde como soem todos os primeiros ensaios humanos, pela primeira vez para o fucturo se elevará as proporções, a que o interesse bem entendido tem levado a industria nos paizes civilizados. Mas tarde em nossa província, como em todo o paiz, a exposição há de ser o campo glorioso aberto ao trabalho do artista, e do industrioso; o fructo da emulação ferida; o vasto celeiro a receber os variados e ricos productos d'agricultura, o tribunal onde ha de receber seu titulo de nobresa e talento; que caminha, lucha e vence; honra que se esforça, o trabalho que nutre o homem e sustenta as nações!³⁴

Se “a maior parte dos productos da exposição não representam a indústria, porque ainda não crearam mercado”, as exposições eram momentos oportunos de se criarem mercados e fomentarem a venda dos produtos apresentados, pois quanto maior a circulação de mercadorias, maior a produção de excedentes e a capacidade de se investir em novas tecnologias. Uma das preocupações era a criação de um mercado diferenciado em sua produção e suas relações de trabalho, dando empregos permanentes a parte da população. O comércio aparecia como caráter “moralizador” dos costumes, pois exigia um esforço contínuo do produtor em seu ofício. A ética do trabalho exigia outra relação com o tempo. O que não acontecia com as atividades voltadas para o ritmo sazonal da natureza, que ocupava parte dos cearenses apenas no período da colheita.

³³ *O Araripe*, 30 de agosto de 1862.

³⁴ *Gazeta Official*, 10 de dezembro de 1862. Esta nota refere-se à primeira exposição provincial.

Por outro lado, o mercado interno cearense era vítima de sua própria estrutura social, uma vez que a concentração de terras e o baixo salário do agricultor impedia a elevação do consumo. O mercado interno restrito estimularia o artesanato e a troca entre pequenas localidades, impedindo assim uma maior especialização do trabalho e a circulação de capital. Tal estrutura praticamente impossibilitaria a formação de um mercado interno, uma vez que parte da população supria suas próprias necessidades e buscava no mercado apenas o necessário, havendo a possibilidade de troca de artigos entre vizinhos, diminuindo assim as chances de formação de um mercado consumidor.³⁵ Aqui os costumes ainda determinavam o ritmo da produção, pois parte da população estava habituada a trocar mercadorias com seus vizinhos. Pelos produtos expostos no Rio de Janeiro em 1861, ficava evidente que os recursos extraídos da natureza constituíam a força da economia local:

O que tem causado mais furor e admiração na corte estes dias é a exposição que faz o Dr. Lagos dos objectos que trouxe do Ceará relativas a artes, costumes, curiosidades & &. na realidade tem cousas que admira, sendo classificado em primeiro lugar um apparelho de chá de louça preta feita no Icó por uma moça surda, o algodão tecido no Crato e Baturité, 3 enormes queijos de manteiga muitas redes de diversas partes superabundando as de sobral, todas as especies de abelhas com a mostra do mel e cera de cada uma dellas, um pão de sebo e fructo da arvore que o produz, bengalla, chicote (entre estes um d'aquelles feitos no Crato com estoque e pistola) cabeçadas, todas as qualidades de cobras em vidro e em pelles, pelles das diversas especies de onças, camurça feita em Sobral, flores de palha de panno e de pulvilho (gomma) e uma cesta de flores de escama, todos os trabalhos feitos de carnauba, um tronco desta arvore, folhas, cera, goma, &. um homem vestido de vaqueiro com sua competente vara, cachimbo do Inhamuns &. uma figura de uma mulher de lenço ! & &. será difficil querer aqui innumerar tudo, lavarintos de todas as qualidades, porém o que causou horror foram as disciplinas dos penitentes, entre as que vierão, veio uma ensanguentada. Vê-se também na exposição 38 qualidades de madeira de lei, 23 qualidades de feijão, farinhas, mandiocas, sal de cosinha, vinhos de caju, sapatos, manteiga de piqui, diversas qualidades de arros, de café, uma jangada competentemente aparelhada.³⁶

A “Exposição de produtos cearenses” apresentava-se de forma inusitada. O que se buscava mesmo era uma apresentação da província cearense na Corte, dando à ver a nação, as particularidades de mais uma de suas províncias. Desejava-se chamar a atenção para uma nova percepção do Ceará e sua inserção nacional, e a exposição se configurava como momento singular. Expunha-se racionalidade econômica, verdade científica e eficiência técnica. Muito do que foi parar na Exposição cearense não representava propriamente a racionalização do comércio nem a verdade científica. Muito do que se expôs passou pelo crivo dos cientistas, tanto em sua coleta quanto em sua arrumação para ser exposta, dando a conhecer o Ceará em seus mais variados aspectos naturais e culturais.

³⁵ LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880)*. Fortaleza: Secult, 1994, p. 130 (Coleção Teses Cearenses).

³⁶ Nota do *Diário do Rio* transcrita em *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

A valorização do particular fortalecia o regional, que conhecido e registrado, passaria a integrar não apenas a nação, mas as suas potencialidades. Configurava-se através da exposição na Corte, um novo desenho do mapa da nação brasileira, mapa este que já havia em forma de rascunho, mas que agora passaria a ser preenchido com novas cores e seus devidos adjetivos. A delimitação territorial do Ceará nas exposições seguintes (tanto provinciais como nacionais) estava pautada em transformar a diversidade da natureza em artefato cultural, que poderia ser progressivo ao longo do tempo no acontecer das Exposições.

A maior contribuição dada por Ferreira Lagos viria logo após a Exposição dos produtos cearenses, quando da realização da I Exposição Nacional. Nela o Ceará foi uma das províncias de maior destaque, perdendo apenas para o Rio de Janeiro em número de produtos expostos. Como já foi mencionado, a Exposição Nacional foi aberta em 2 de dezembro de 1861, aniversário do imperador, e aconteceu no prédio da Escola Central, Rio de Janeiro, futura politécnica. Em seus 25 dias de duração, ela foi visitada por 50.739 pessoas, uma média de 1.127 por dia. A receita com ingressos gerou 15:000\$000.³⁷ Ensaivava-se aqui não apenas uma forma de fomentar a indústria nacional, mas uma participação na Exposição Universal de Londres a ser realizada em 1862, a primeira com participação oficial do Brasil. A Exposição londrina seria visitada por mais de seis milhões de pessoas e contava com 28.653 expositores. E nela figurava o Brasil e suas muitas províncias, todas representando o Império brasileiro.³⁸

Na exposição de produtos cearenses bradavam os mesmos desabafos daqueles de 1851, reclamando a participação do Brasil nas Exposições Universais. Sobre a pouca atuação que o país teve, por acanhamento ou despreparo, argumentava-se em 1861 que:

Este sentimento actuou no Brasil, quando se tratou da primeira exposição universal de Londres em 1851, e mesmo na segunda em Paris; mas hoje todos sabem, que mal se comprehendeo o espirito daquella grande função, e objectos, que nos parecem menos dignos, terão lá subido acolhimento (...). Muitos destes objectos tem de ir para a exposição de Londres³⁹.

A capital do império despertava, juntamente com a ciência nacional, para a necessidade de se conhecer e integrar as riquezas da pátria. As palavras, os discursos e os objetos que movimentaram a exposição de produtos cearenses não refletiam a realidade social e política; eram instrumentos de transformação da realidade. A viagem que os cientistas realizaram pela província

³⁷ HARDMAN. Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 68.

³⁸ Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), Pará, Amazonas, Sergipe estão entre as províncias que enviaram produtos para Londres. Catálogo de productos Nacional e Industrial remmetidos para a Exposição Universal de Londres em 1862. Londres: Tipographia de C. Whiting, Beaufort House, 1862, p. 5.

³⁹ *O Cearense*, 01 de outubro de 1861.

cearense, resultando em diários, telas e relatórios, daria outra imagem do Ceará e da nação, pois “a viagem interessa sobretudo como um operador discursivo”.⁴⁰ A *exposição*, pensada como *coleção*, fazia parte de um discurso científico de cunho universal, sendo o papel dos viajantes o de coletar e deslocar materiais diversos para centros de pesquisa. A cumulação desses objetos e as múltiplas temporalidades neles contidas configurava-se como parte da universalização da ciência, pois “a história das ciências é em grande parte a história da mobilização de qualquer coisa que possa ser levada a mover-se e embarcar numa viagem para casa entrando no censo universal”.⁴¹

A política imperial usava de vários dispositivos para operar no plano discursivo que se desejava no plano concreto, a saber, o progresso industrial e científico da nação. O fato de a Comissão Científica ter surgido no IHGB, instituição sob a tutela do imperador, mostra a relação entre política e ciência. Se a segunda se queria objetiva e neutra, era a primeira quem ditava as regras do jogo, e assim se configurava um projeto modernizador custeado pelo Estado e configurando o chamado “arcaísmo como projeto”. Ou seja, a modernização do país se dava dentro das antigas normas. Se por um lado a institucionalização da ciência levava a uma prática modernizadora, por outro esta acabava por legitimar a tradição e reforçava a legitimidade do poder imperial e seu discurso sobre a nação. A contradição mostrava-se evidente quando se falava em um comércio liberal sendo tutelado pelas bases materiais e políticas construídas através do governo central:

Se a acção directa do governo é inconveniente e prejudicial; a indirecta, aquella que a lei lhe faculta e preceitúa, póde ser profícua, quando intelligentemente praticada. A abertura de estradas e canaes, a canalisação dos rios, os melhoramentos de portos, isto é, a promoção fácil, segura e rápida de pessoas e de productos, as exposições provinciaes e geraes, a educação profissional, a diminuição de impostos pella intelligente e severa economia da fortuna publica, são, depois da manutenção da paz pela pratica da liberdade e distribuição imparcial da justiça, e da garantia da propriedade, os únicos deveres cujo cumprimento os agricultores, bem como a nação inteira, tem o direito de exigir de seu governo.⁴²

Estradas, portos, agricultura e exposições compunham elementos do que podemos chamar de progresso material, sendo este a base para o crescimento econômico do país e sua maturação industrial. Embora o país compartilhasse dos princípios da economia clássica e do liberalismo do século XIX, o governo era chamado a dar o pontapé inicial dessa proposta de progresso material. E foi também sob a égide de duas outras instituições imperiais que se organizou a primeira Exposição Nacional. Sob a tutela das instituições brasileiras, a exposição nacional de 1861 mostrou ser bem movimentada e cheia “de informações”. O pesquisador Nelson Senra,

⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em Von Martius. Esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciência, Saúde. *Manguinhos*. Rio de Janeiro v.7, n.2, 2000, p. 4.

⁴¹ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2011, p. 350.

⁴² Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Decima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Sr. Antônio Francisco de Paula Sousa, 1868, p. 10.

em estudo sobre história das estatísticas brasileiras, apresenta um quadro geral sobre a primeira exposição brasileira:

Num balanço numérico da Exposição Nacional, de 2 de dezembro de 1861 a 16 de janeiro de 1862 (45 dias menos 3 feriados, 42 dias de funcionamento), teve 50 739 visitantes (sendo 32 286 em dias de visita gratuita). A receita foi de cerca de quinze contos de réis, a despesa montou a trinta contos de réis. Os expositores foram em número de 1 136 pessoas; sendo expostos 9 962 objetos, e escolhidos para serem remetidos à Exposição de Londres, 1 495 objetos. Desses objetos, seis classes deram 1190, a saber: 318 “amostras de madeira”, 225 “produtos químicos e farmacêuticos”, 223 “minerais”, 162 “substâncias alimentícias, inclusive vinho”, 153 “substâncias animais e vegetais usadas nas fábricas”, 109 “vidros e cristais”. O júri conferiu 488 medalhas, sendo 9 de ouro, 110 de prata e 130 de bronze, e, 239 menções honrosas.⁴³

Ao institucionalizar as exposições o governo acabava por fortalecer suas instituições e a produção de um discurso voltado para a nação. Mas ao fazer isso, formava uma coesão interna necessária para a manutenção do Estado Imperial. Ao delegar para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Ministério da Agricultura o papel de promover as exposições, o governo deixava transparecer que o projeto de industrializar o país passava por uma “industrialização da natureza”. A relação entre essas duas instituições voltava-se para a promoção de um saber tecnocientífico que promovia a integração interna do país e sua inserção no mercado mundial, tais como estradas de ferro e portos. Esperava-se que as exposições contribuíssem para a instalação de novas tecnologias na estrutura do país, que promoveriam novas relações com o espaço-tempo.

⁴³ SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*. Vol I. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 199.